

1. INTRODUÇÃO

O orçamento municipal de 2008 cujo valor corrigido se fixou em 41.407.400,00 euros reflecte - ao nível da sua execução - um valor percentual de aproximadamente 81%.

De forma global poderemos referir:

- A receita cobrada líquida foi executada em 81,06%, ascendendo ao montante de 33.563.012,50 euros e a receita cobrada bruta foi executada em 81,29%, cifrando-se em 33.658.285,41 euros. Para esta grandeza concorrem as receitas correntes e de capital, com valores cobrados de 22.974.455,28 euros e 10.682.082,48 euros, respectivamente;
- A despesa paga apresenta, valores de execução, na ordem dos 81,34% e de 33.681.771,08 euros em termos absolutos, desagregada em 19.855.350,57 euros de origem corrente e 13.826.420,51 euros de capital;
- Numa perspectiva evolutiva o orçamento municipal de 2008 foi incrementado, comparativamente ao de 2007, em 2.430.725,82 euros na receita e em 2.115.577,00 euros na despesa.

O acréscimo da receita global, relativamente ao ano anterior, teve como principais factores de crescimento as componentes:

- Ao nível da receita Corrente (com uma execução líquida de 103,68%) - uma variação, em termos percentuais, de 35,79% dos rendimentos de propriedade, de 3,79% das transferências correntes e 8,31% da venda de bens e serviços correntes; e
- Ao nível da receita de Capital (com uma execução líquida de 55,31%) - a obtenção de passivos financeiros (empréstimos de curto e médio e longo prazos) influenciaram um crescimento de 15,44%, em relação ao período homólogo.

A estrutura de financiamento do orçamento de receita revela - como recurso principal - as transferências provenientes da administração central (i.e. 42,00%) e as receitas próprias (i.e. 39,29%). Por outro lado, os apoios comunitários e outros contribuem em 12,82% e os empréstimos em 5,89% para o financiamento do orçamento da mesma.

Na última década a receita global do Município cresceu, em média, 5,2% ao ano, tendo as receitas próprias evoluído de igual modo, em resultado da evolução da actividade económica no Município e à melhor organização da actividade municipal sendo que, esta deve corresponder ao mais importante vector de acção tanto sob o ponto de vista da qualidade do serviço prestado, como da sustentabilidade orçamental.

O crescimento do orçamento tenderá a ser feito à custa de receitas próprias, com maior expressão a partir de 2013 (pós-QREN). Este objectivo não se revela de fácil concretização se considerarmos que o Município de Bragança é - em área - o sétimo maior do país e com uma baixa densidade populacional, e que se insere num sub-espaco predominantemente rural (redução e envelhecimento da população, redução da actividade económica e de serviços públicos no interior do país), no qual a diversificação e incremento da actividade económica representa um exercício complexo, considerando a política centralista que continua a apostar num modelo de desenvolvimento de concentração da população e da economia.

A receita corrente de 2008 cresceu, relativamente ao ano de 2007, 4,6 valores percentuais e 1.009.512,95 euros em termos absolutos. Este valor revela-se bastante aceitável tendo em conta que o ano de 2008 apresentou uma conjuntura económica de crescimento desfavorável, aliás, situação semelhante ao que tem ocorrido em anos anteriores.

A receita de capital regista, em 2008, o valor de 10.682.082,48 euros. Em 2007 este montante fixou-se nos 9.253.223,99 euros. Em suma, registou um crescimento de 15,44%.

Se compararmos a situação do nosso distrito com a dos restantes, ao nível da cobrança de impostos municipais, verificamos que o de Bragança é o que menos impostos arrecada *per capita* e com maior redução da actividade económica do país, face às debilidades próprias e aos condicionamentos externos que estão a impor um agravamento - visto a regra ser a de que numa situação de crise, serem os territórios mais frágeis os sacrificados e os mais afectados pela mesma.

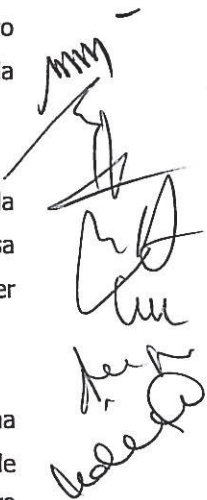
Se tivermos em conta que, o Município de Bragança, tem um rendimento *per capita* superior ao da média nacional e que é um dos cinco melhores municípios da Zona Norte e que a média dos municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, à excepção de Bragança, não atingem a média de rendimento nacional, ficando bastante distanciadas, o que faz desta NUT uma das mais pobres, se não a mais pobre do país. Percebe-se a fragilidade global do território e os problemas que tal representa para a economia de Bragança.

Com pagamentos efectuados no montante de 33.681.771,08 euros, distribuídos em 19.855.350,57 euros em despesa corrente e 13.826.420,08 euros em despesa de capital, foi obtida uma taxa de execução orçamental de 81,34% que se eleva para 97,83% se considerarmos o grau de comprometimento da despesa, a qual se poderá concretizar em execução em anos futuros, desde que verificados os pressupostos que originaram os respectivos compromissos.

A despesa corrente teve um acréscimo, no ano de 2008 comparativamente ao ano de 2007, de 14,67%, reflexo do comportamento da despesa com a aquisição de bens e serviços e com as transferências correntes. Os factores que mais contribuíram para este aumento foram: a reclassificação de despesas anteriormente classificadas como despesas de capital (na realização de obras por administração directa), que passaram a ser despesas correntes, face às novas orientações da DGAL; revisões de preços relativo ao contrato de prestação de serviços com a AGS, com incidência desde o início do mesmo e o aumento da despesa com o fornecimento de refeições ao 1º ciclo do Ensino Básico.

A despesa com pessoal aumentou 3,63%, representando 33,94% do orçamento corrente e de 20,01% da despesa global, enquanto no ano de 2007 representava 20,60%. Os limites legais impostos de despesa com pessoal situaram-se em 35,64% (para o pessoal do quadro) e 9,54% (para o pessoal em qualquer outra situação).

Os pagamentos associados à despesa de capital foram de 13.826.420,51 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 69,56%. O maior peso - no conjunto da despesa - advém da rubrica de aquisição de bens de capital, inerente ao investimento directo realizado pelo Município no valor de 10.153.434,72 euros, ligeiramente inferior a 2007 em 3,76%. A rubrica de transferências de capital - maioritariamente



destinadas a investimentos nas Freguesias do Concelho e Instituições sem Fins Lucrativos, o qual aumentou - com o valor de 2.410.041,14 euros, manifesta um acréscimo significativo de 41,93%, relativamente ao ano anterior. Em resultado da renegociação da dívida de médio e longo prazos, a despesa com passivos financeiros registou um decréscimo de 28,76%.

Importa salientar que, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia destinadas a investimento aumentaram, de 2007 (no montante de 1.098.771,45 euros) para 2008 (no valor de 1.756.380,50 euros), 657.609,05 euros.

No ano de 2008, a taxa de cobertura do investimento distribui-se em: 48,13% de financiamento municipal, 32,35% de apoios comunitários e outros e 19,52% de empréstimos. Já o investimento realizado no período de 2004 a 2007 - sem qualquer recurso ao crédito bancário - foi, em média, financiado em 39,51% pelos fundos comunitários e outros e em 60,48% com recursos próprios.

Salienta-se a importância dos fundos comunitários na concretização de um importante ciclo de investimento que marca a gestão municipal dos últimos onze anos. O investimento realizado nesta última década denota, de forma evidente, um período histórico de modernização e qualificação urbana, bem como da actividade económica, tendo o Município adquirido maior competitividade e atractividade para viver e trabalhar.

No período de 1998/2008, foi realizado um investimento global de 154.696.692,65 €, sem contar com o investimento realizado através das empresas participadas pelo Município, seja em investimentos de requalificação urbana, seja em investimentos em equipamentos ligados à área económica.

Com uma elevada captação de fundos comunitários, conseguimos concretizar a construção de importantes equipamentos culturais, desportivos, de transportes e acessibilidades, de modernização e qualificação do espaço público urbano, de construção de infra-estruturas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e de saneamento básico. Novas oportunidades foram garantidas aos cidadãos, assegurando melhor qualidade de vida e bem-estar cumprindo, assim, a Câmara Municipal, algumas das suas importantes atribuições de natureza pública e social - situação que, por sua vez representa inevitáveis aumentos nas despesas correntes. Nos anos de 2007 e 2008 preparámos um conjunto de iniciativas ao nível das acções territorialmente integradas e de projectos que permitirão ao Município, continuar a aceder a apoios comunitários no âmbito do QREN, de modo a que até 2013 seja consolidado este forte ciclo de modernização do Município.

A estrutura da despesa teve a seguinte configuração: despesa com pessoal, 20,01%; aquisição de bens e serviços, 33,72%; juros e outros encargos, 1,30%; transferências correntes, 3,12%; e outras despesas correntes, 0,80%; aquisição de bens de capital, 30,15%; transferências de capital, 7,16%; activos financeiros, 0,49% e passivos financeiros, 3,26%.

A despesa corrente representa 58,95% do orçamento global da despesa, enquanto a despesa de capital representa 41,05% do mesmo.

A despesa, por unidades orgânicas, teve a seguinte repartição: Administração Autárquica, 29,07%; Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, 3,13%; Departamento de Obras e Urbanismo, 31,35%; Departamento de Serviços Municipais, 25,18% e Departamento Sócio Cultural, 11,28%.

Com uma taxa de execução de 66,44%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2008, atingem o valor absoluto de 12.232.787,00 euros, dos quais 10.501.054,00 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.731.733,00 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes e que cuja despesa efectuada não é considerada de investimento. Neste âmbito, podemos salientar alguns objectivos, num contexto do volume dos montantes envolvidos, para um montante executado no valor de 12.232.787,00 euros:

- As Funções Sociais são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 8.674.074,00 euros, representando 70,91% das GOP's. Nestas funções a Habitação e Serviços Colectivos registam uma execução 5.299.498,00 euros;
- As Funções Económicas representam 19,68% do investimento, com um valor executado de 2.407.447,00 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 1.535.372,00 euros;
- As Funções Gerais, que representam 9,41% das despesas, apresentam um valor de 1.151.266,00 euros sendo consumidas estas verbas, na sua maior parte, pelos serviços gerais da administração pública.

A dívida total do Município - curto, médio e longo prazos - é de 16.280.690,60 euros, o que representa 48,37% da receita global. Temos, assim, um aumento da dívida relativamente ao ano de 2007 em 20,91% (i.e. aumento registado no valor de 2.816.107,49 euros). Se compararmos com Janeiro de 1998 temos uma situação incomparavelmente boa visto que, nesse período, a dívida global representava 105,37% da receita global, ou seja, duas vezes mais. Em termos absolutos se actualizarmos a dívida registada nesse momento à data de Dezembro de 2008, esta ascenderia a 20.165.983,00 euros, ou seja, superior em 3.885.292,00 euros.

A dívida encontra-se, temporalmente, estruturada da seguinte forma:

- A Médio e Longo prazos, com o valor de 9.784.096,97 euros - a qual representa 60,10% da dívida global. Esta reparte-se por instituições bancárias (95,17%) e por fornecedores de imobilizado (4,82%);
- A Curto prazo, no valor de 6.496.593,63 euros - representando 39,90% da dívida global. Esta apresenta a seguinte composição: instituições financeiras (7,42%), fornecedores conta-corrente (11,37%), fornecedores de imobilizado (59,99%), Estado e Outros Entes Públicos e outros credores (2,61%) e credores de cauções - prestadas em dinheiro - valor depositado e disponível em qualquer momento (18,60%).

Numa década de forte investimento e apesar do aumento registado, garantimos uma gestão adequada dos níveis de endividamento assegurando condições adequadas para, no período de vigência do QREN (2007-2013), continuar a investir e aproveitar, assim, os fundos comunitários disponíveis ao desenvolvimento do Município.

Comparada a dívida com os Municípios a nível nacional temos que, a média do endividamento total sobre as receitas totais era, em 2004, de 81% - valor bastante superior ao de Bragança que naquele ano era de 54,42% e, em 2008, é de 48,37%.

Calculados os limites de endividamento de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e demais legislação aplicável, verificamos que a dívida existente de médio e longo prazos representa 40,57% (i.e. 7.188.323,14 euros) do limite legalmente previsto que ascende a 17.717.815,51 euros. Quanto ao endividamento líquido este atinge o valor de 6.105.070,74 euros, montante que fica aquém do limite legalmente estabelecido de 22.147.269,39 euros - equivalente a 27,57% do limite indicado.

Em termos financeiros a Demonstração de Resultados evidencia um resultado líquido positivo de 1.335.657,00 euros. Este valor é originado pelo contributo dos resultados: operacionais, no valor de 4.321.558,00 euros (os quais cresceram 2,21%), financeiros, no valor de 1.311.238,00 euros, e extraordinários com o valor negativo de 4.297.139,00 euros. Os resultados extraordinários representam, essencialmente, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e outras Instituições sem fins lucrativos. A leitura deste resultado deverá ter presente a finalidade da acção da Administração Local.

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da autarquia sofre um incremento global, em valor absoluto, de 15.688.519,48 euros, ou seja, de 10,67%, comparativamente ao ano de 2007, apresentado o valor de 162.733.334,11 euros, o qual é repartido pelas seguintes rubricas:

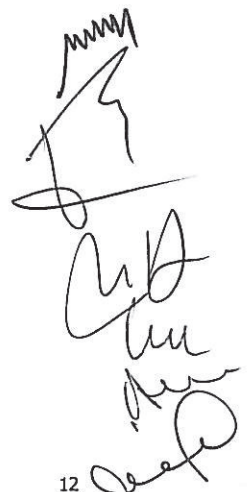
- Activo fixo – Representando 96,38% do activo líquido, apresenta um crescimento em valor absoluto de 14.706.822,29 euros;
- Activo circulante – apresenta uma variação de 31,86% em relação ao ano anterior;
- Acréscimos e diferimentos – compreendem os *acréscimos de proveitos* com uma diminuição de 294.498,37 euros, relativamente ao ano anterior, e os *custos diferidos* também com a mesma tendência apresentando uma variação de 2.465,99 euros.
- Fundos próprios – estes registaram um acréscimo de 8,45%, em resultado do incremento do Património e do Resultado Líquido do Exercício e de uma diminuição dos Resultados Transitados;
- Passivo – Sofreu um aumento de 15,72%.

Nos recursos humanos da autarquia registou-se um acréscimo de colaboradores (+6) em exercício de funções, face ao ano de 2007. O total de efectivos (387) que desenvolveram a actividade no Município durante o ano de 2008, distribui-se da seguinte forma: o Executivo (4), o Gabinete de Apoio Pessoal (4), o Pessoal do Quadro (366), acrescido do pessoal em qualquer outra situação (13).

Considerando que o novo regime de vinculação de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas, estabelece regras mais apertadas em termos de progressão/ promoção nas carreiras foram, durante o ano de 2008, dadas orientações aos serviços e promovidas as medidas que asseguraram a realização de 65 promoções e ingressos, fundamentalmente nas categorias de níveis de remunerações mais baixas. Deu-se particular atenção à formação disponibilizada aos colaboradores com vista à evolução das suas competências – frequentaram-se 1.832 horas de formação (num total de 92 trabalhadores), o que representa um acréscimo de 45% comparativamente ao ano anterior. Para além disso, no ano lectivo de 2007/2008, 13 trabalhadores beneficiaram do estatuto de trabalhador estudante.

O absentismo é significativamente superior ao desejável (8,04%) e tal situação deve-se ao débil sistema de controlo e verificação atempada - das doenças prolongadas - por parte da CGA e da ADSE tendo, o tempo médio de resposta às solicitações, crescido durante o ano de 2008.

O desempenho profissional dos recursos humanos da autarquia é, em termos de apreciação global, muito positivo.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'L. G.' followed by 'C. B.' and 'P. B.'.